



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

13
104 246

Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis
Embargos de Declaração nº 191732-0/02 - Recife ✓
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargada: Rita de Cássia de Oliveira Seve
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

5485

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. Não há omissões a serem sanadas, na medida em que houve pronunciamento expresso sobre os aspectos indevidamente apontados pelo embargante como omissos. A autonomia entre os poderes da federação (art. 2º), o princípio da legalidade ao qual se submete a administração pública (art. 37, *caput*) e a extensão do direito à saúde (art. 196), todos da CR/88, foram diretamente enfrentados na decisão embargada. A ausência dos requisitos objetivos do art. 535 impõe a rejeição dos embargos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **unanimemente**, em **rejeitar** os Embargos de Declaração, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de fevereiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

14/04/2010

Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis
Embargos de Declaração nº 191732-0/02 – Recife
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargada: Rita de Cássia de Oliveira Seve
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco, através de Procurador, interpôs estes embargos de declaração contra o acórdão lavrado à vista do julgamento do Mandado de Segurança nº 191732-0, em que são partes o embargante e Rita de Cássia de Oliveira Seve, embargada.

Alegou que o acórdão apresenta omissões, na medida em que não se pronunciou expressamente sobre:

- a) a autonomia entre os poderes da federação (art. 2º, CR/88);
- b) o princípio da legalidade ao qual se submete a administração pública (art. 37, caput, CR/88); e
- c) a extensão do direito à saúde disposto no art. 196, CR/88.

Requeru o conhecimento e o provimento dos embargos para o fim de sanar as omissões apontadas e prequestionou as questões constitucionais suscitadas neste recurso.

É, resumidamente, o relatório.

Recife, 20 de Janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

150/248

Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis
Embargos de Declaração nº 191732-0/02 – Recife
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargada: Rita de Cássia de Oliveira Seve
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

O acórdão recorrido está ementado nos seguintes termos (fls. 80 do MS nº 191732-0):

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO, RANIBIZUMABE (LUCENTIS). PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA. SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. É perfeitamente possível que o Poder Judiciário, como forma de preservar o direito à saúde previsto na Constituição da República (art. 196) e na Constituição do Estado de Pernambuco (art. 159), exerça o controle dos atos administrativos emanados do Poder Executivo, inclusive em sua forma omissiva. Ademais, O dever constitucional que o Estado possui de garantir a saúde para a população, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças, assim como de possibilitar o acesso às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, já se encontra sedimentado nos tribunais pátrios, sobretudo quando a preservação da vida e a dignidade da pessoa humana se encontrarem ameaçadas pela ausência de fornecimento de medicamentos essenciais para a realização de tratamento médico prescrito por profissional legalmente habilitado. Segurança concedida para determinar à autoridade coatora que forneça imediatamente para a impetrante a medicação descrita na inicial."

Não há omissões a serem sanadas. Observe-se que houve pronunciamento expresso sobre os aspectos indevidamente apontados pelo embargante como omissos. Vejamos.

Quanto à autonomia entre os poderes da federação (art. 2º, CR/88):

Observe-se que no voto desta relatoria restou consignado que o Poder Judiciário não está se intrometendo nas questões administrativas internas do Poder Executivo, ou seja, não está violando a autonomia daquele Poder quando adota posicionamento visando à concretização de direitos consagrados na Constituição. Veja-se:

"Tal entendimento não significa intromissão do Judiciário nas questões administrativas internas do Poder Executivo, como alegou a autoridade coatora nas informações. Nem mesmo há que se falar em reserva do possível, porquanto a ausência de previsão orçamentária não pode ser utilizada como pano de fundo para que o Estado deixe de cumprir as suas atribuições constitucionalmente fixadas." (fls. 82)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

16² 249
ey

Quanto ao princípio da legalidade ao qual se submete a administração pública (art. 37, caput, CR/88):

Também a questão da legalidade foi enfrentada, na medida em que foi expressamente mencionado o comando normativo do qual emana a obrigação do Estado em executar ações que proporcionem assistência integral e acesso aos serviços de saúde por parte da população, inclusive quanto ao fornecimento de medicamentos:

"Outrossim, a Lei 8.080, de 19/09/1990, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), prevê a execução de ações que proporcionem assistência terapêutica integral e farmacêutica aos cidadãos (art. 6º, I, "d"), assim como também a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência (art. 7º, I), de onde igualmente se pode concluir pelo direito da impetrante de ter acesso à medicação e ao tratamento reclamados." (fls. 82)

Quanto à extensão do direito à saúde disposto no art. 196, CR/88:

Por fim, também não há que se falar em omissão, quando o acórdão embargado, tanto na sua ementa, quanto no voto que integra a decisão combatida, expressamente dispôs sobre o direito à saúde consagrado em nossa carta Magna. *Verbis*:

"O dever constitucional que o Estado possui de garantir a saúde para a população, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças, assim como de possibilitar o acesso às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CR/88), já se encontra sedimentado nos tribunais pátrios, sobretudo quando a preservação da vida e a dignidade da pessoa humana se encontrarem ameaçadas pela ausência de fornecimento de medicamentos essenciais para a realização de tratamento médico prescrito por profissional legalmente habilitado." (fls. 81)

Portanto, dois pontos são primordiais para essa conclusão: primeiro porque a manutenção da saúde da impetrante depende da medicação e do tratamento prescrito pelo médico, e, segundo porque a Constituição da República (art. 196) e a Constituição do Estado de Pernambuco (art. 159) asseguram que "A saúde é direito de todos e dever do Estado". (fls. 82 – grifos no original)

Como dito, que não há omissões a serem sanadas.

Omissão ocorre quando o órgão julgador deixa de se pronunciar acerca de algum ponto essencial ao deslinde da lide, o que, na presente demanda, efetivamente não ocorreu.

Ademais, ainda que o 1º Grupo de Câmaras Cíveis não tenha abordado expressamente todos os aspectos levantados pelo embargante no julgamento do *mandamus*, isso também não significa que o acórdão recorrido foi



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

12 250
Cery

omisso. Como é cediço, o órgão julgador não está obrigado a analisar todos os pontos levantados pelas partes, mas, apenas, aqueles necessários à formação do seu convencimento (STJ – EDcl no AgRg no REsp 862.207/DF, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 18.10.2007, DJ 29.10.2007, p. 256)

Notadamente o que pretende o embargante é rediscutir a matéria. Embargos declaratórios, por mais amplitude que se lhe dê na sua apreciação, não se prestam ao reexame da matéria. Se a decisão embargada não fez justiça ao embargante o recurso cabível para atacá-la é outro.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento e rejeição dos embargos opostos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator